

# A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO EM LAGES E JOINVILLE – SANTA CATARINA A PARTIR DE UMA VISÃO INSTITUCIONALISTA NEOSCHUMPETERIANA

## DYNAMICS OF DEVELOPMENT IN LAGES AND JOINVILLE - SANTA CATARINA FROM A VISION INSTITUTIONALIST NEOSCHUMPETERIANA

*Tiago Savi Mondo<sup>1</sup>*

*Gabriela Gonçalves Silveira Fiates Correio<sup>2</sup>*

*Silvio Antônio Ferraz Cario Correio<sup>3</sup>*

### Resumo

O desenvolvimento econômico é um processo de acumulação de capital e produtividade que leva a população à melhoria da qualidade de vida. Neste contexto, este artigo objetiva comparar o desenvolvimento dos municípios de Lages e Joinville no Estado de Santa Catarina, a partir de uma visão institucionalista Neoschumpeteriana. O estudo é caracterizado como exploratório-descritivo, documental e bibliográfico. Foram analisados documentos governamentais, relatórios e dados das duas cidades. As categorias de análise criadas foram: evolução histórica, dados econômicos, governança local e produção e inovação. Os principais resultados indicam que o desenvolvimento dos municípios possui especificidades, influência histórica, empresarial e política. Atualmente estão em estágios distantes, onde Joinville vive num alto estágio de inovação e desenvolvimento e Lages colhe os frutos dos anos de estaticidade e tem dificuldade para engen-

drar um desenvolvimento mais virtuoso.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Econômico; Teoria Institucional; Teoria Neo-Schumpeteriana; Lages; Joinville.

### Abstract

Economic development is a process of capital accumulation and productivity that leads the population to improve the quality of life. In this context, this article aims to compare the development of Lages and Joinville in Santa Catarina State, from an institutionalist view neoschumpeteriana. The study is characterized as exploratory, descriptive, documentary and bibliographic. Government documents, reports and data from the two cities were

analyzed. The analysis categories were created: historical evolution, economic data, local governance and production and innovation. The main results indicate that the development of the municipalities own specificities, historical influence, business and politics. Are currently on distant stages where Joinville lives in a high stage of development and innovation, and Lages reaps the fruits of years of stateness and has difficulty to engender a more virtuous development.

**Keywords:** Economic Development; Institutional Theory; Neo - Schumpeterian Theory; Lages; Joinville.

JEL: 011

<sup>1</sup> Doutor em Administração pela UFSC. Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. (tiago.mondo@ifsc.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Administração da UFSC.

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico configura-se como um processo histórico de acumulação de capital e de aumento da produtividade que faz com que um país seja levado ao crescimento sustentado da renda por habitante e à melhoria dos padrões de vida da população. (BRESSER-PEREIRA, 2006)

Assim, o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico relacionado, de um lado, com a formação dos estados nacionais e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital, realizado no âmbito de mercados relativamente competitivos. (BRESSER-PEREIRA, 2006)

Este artigo busca comparar o desenvolvimento dos municípios de Lages e Joinville no Estado de Santa Catarina. As cidades foram escolhidas por representarem indústrias diferentes dentro do contexto econômico catarinense. Além disso, representaram historicamente destaque no desenvolvimento de suas regiões. Entretanto, nas últimas décadas Joinville se distanciou e Lages estagnou. Tal fato levanta a principal hipótese desta pesquisa, a qual acredita que existe uma dinâmica de desenvolvimento na cidade de Joinville e que em Lages, tal fato não acontece, proporcionando um contexto estático para a cidade.

A abordagem utilizada para esta análise comparativa é de cunho heterodoxo, diferente do que prega a Ciência Econômica clássica. Escolheu-se tal abordagem por entender que o desenvolvimento industrial é um processo evolucionário, na qual a história exerce papel fundamental no presente e no futuro. Conforme Arend e Cario (2010) os fatores determinantes do desempenho econômico analisados podem sobreviver aos indivíduos e, sobretudo, influenciar os presentes e futuramente. Trata-se, nesse contexto, de discutir

de que maneira as instituições originam-se, evoluem e afetam o desempenho econômico, especialmente industrial, de determinada região.

Desta forma, utilizam-se os conceitos de dependência da trajetória (*path dependence*), rigidez estrutural (*lock-in*) – tanto institucional como tecnológica –, de inovações, aprendizagem, cultura e de enraizamento social (*embeddedness*). Esses conceitos são determinados teoricamente, enquanto as condições de realidade que procuram expressar são determinadas localmente, a partir de estruturas socioeconômicas históricas.

Além do contexto institucional que a pesquisa leva em conta, o caminho analítico percorrido também traz o pano de fundo da abordagem evolucionista. De acordo com Arend e Cario (2010) constata-se que o processo de desenvolvimento econômico é dependente de fatores institucionais e tecnológicos. Tais fatores são dependentes de eventos passados e, portanto, o processo é cumulativo, ou histórico. Variáveis como direitos de propriedade, conhecimento, cultura, ideologias políticas e aprendizagem tecnológica caracterizam-se por serem construídas, ou definidas, localmente, determinando o comportamento de firmas e das relações de poder na sociedade, bem como os custos de transação e transformação das atividades produtivas. Essas variáveis influenciam sobremaneira o processo de desenvolvimento econômico e fazem com este seja dependente da trajetória passada.

De acordo com Conceição (2002), uma análise institucionalista de determinada realidade deve, essencialmente, levar em consideração a relação do país, região ou local com o paradigma tecnológico em vigor ou em formação; deve conter alguma reflexão sobre o padrão organizacional das firmas existentes (hierarquizado ou não); deve conter elementos que descrevam os custos de transação vigentes (que influem

na estrutura de governança das firmas); e deve contemplar alguma descrição das formas institucionais vigentes. (AREND; CÁRIO, 2010)

O enfoque neo-schumpeteriano, utilizado nesta pesquisa, em ambas as vertentes, oferece uma perspectiva promissora. A preocupação desta corrente com a problemática da mudança tecnológica não se reduz a mais um esforço de descrever e estudar o processo de difusão de inovações e seus impactos setoriais e macroeconômicos, mas, como foi destacado, de contribuir com um novo referencial teórico, de corte schumpeteriano, centrado na dimensão inovadora do processo de concorrência capitalista, para pensar a dinâmica industrial. (POSSAS, 1989)

Assim, as instituições são sistemas duradouros de regras sociais estabelecidas e embutidas que estruturam as interações sociais. Linguagem, moeda, lei, sistemas de pesos e medidas, convenções de trânsito, maneiras à mesa, empresas (e outras organizações) são todas instituições. Esta ampla definição de instituições é hoje amplamente aceita. Como reconhecem Menger e outros, este vasto conjunto de instituições se desdobra em um número de subcategorias, incluindo a divisão entre as que emergem espontaneamente e as que resultam de processos envolvendo desígnio. (HODGSON, 2002)

Como afirma Dosi (1988, p. 138) nesse mundo dinâmico, os fatores institucionais em sentido amplo (instituições e políticas) parecem moldar a constituição de regras de comportamento, processos de aprendizado, padrões de seleção ambiental, condições contextuais sob as quais os mecanismos econômicos operam – em geral, e principalmente em relação à mudança tecnológica.

Destaca-se ainda, o papel das instituições no desenvolvimento. O processo institucional histórico de desenvolvimento e a dinâmica da

estrutura nacional devem ser compatíveis, de forma tal que as inconsistências entre microfundações e macroteorias apontem os limites da própria teoria. As instituições e a dinâmica histórica deveriam ser consistentes com as noções de dinâmica “racional” do comportamento individual, o que não ocorre nas abordagens fora das *socially embedded institutions*. Sob essa perspectiva, a questão do crescimento econômico deve ser vista e analisada como historicamente enraizada nas instituições nacionais que produziram “rotas” particulares de desenvolvimento. (CONCEIÇÃO, 2002)

No recorte desta pesquisa, tem-se o município de Lages, que representa um importante polo regional de desenvolvimento, com uma estrutura produtiva e de comércio e serviços diferenciada, a exemplo da existência de duas aglomerações industriais (madeira e papel-celulose) e duas universidades. Esse pólo-centrismo está ligado ao processo histórico de ocupação da região, que apresenta características distintas quando comparado às demais do estado (CAZELLA; BURIGO, 2008). O setor madeireiro possui segundo a FIESC (2012) 2860 indústrias e representa 4,3% do total de exportações do Estado. Já o setor de Papel e Celulose possui 393 indústrias na região, com representatividade de 2,5% das exportações no Estado. O município de Lages tem 156.655 habitantes e PIB de R\$ 2,3 bilhões em 2009.

Já Joinville, foi colonizada majoritariamente por alemães, ainda no século XIX, e inicialmente dependente da produção de bens agrícolas. Atualmente Joinville, localizada no nordeste catarinense, é a cidade mais populosa do estado, com 520 mil habitantes em 2011. Em 2009, o seu PIB atingiu R\$ 13,4 bilhões (FIESC, 2012).

A partir deste contexto o objetivo desta pesquisa é comparar o desenvolvimento dos municípios

de Lages e Joinville a partir dos conceitos da abordagem institucionalista e neoschumpeteriana.

Este documento está dividido em mais seis seções. A seguinte apresenta os principais conceitos teóricos relativos à visão neoschumpeteriana, teoria institucional, sistemas de inovação e desenvolvimento. A terceira seção do artigo revela os procedimentos metodológicos e as categorias de análise utilizadas. Após isso são apresentados os resultados da coleta documental de dados. Separou-se uma seção específica para análise e discussão e por último as considerações finais e as referências utilizadas no estudo.

## A VISÃO NEOSCHUMPETERIANA – EVOLUÇÃO E INOVAÇÕES

De acordo com Laplane (1997) o *núcleo da obra* de Schumpeter é constituído por uma visão original da dinâmica econômica capitalista, na qual a ruptura das rotinas estabelecidas e a transformação das estruturas existentes assumem papel de destaque. É apresentada, dessa forma, uma *visão* do desenvolvimento capitalista como um processo de mudança, cujo motor são as inovações.

Schumpeter (1982) afirma que o ponto essencial que se deve ter em conta é que, ao tratar do capitalismo, tratamos também de um processo evolutivo. Parece estranho que alguém possa deixar de reconhecer fato tão evidente que, além disso, há muito tempo foi salientado por Marx. Dessa forma, o impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista.

Assim, o desenvolvimento consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não. Essas questões diferentes referem-se à inovação. A inovação deflagra um processo de destruição das estruturas econômicas existentes e de criação de novas estruturas. O desenvolvimento capitalista é marcado, assim, por rupturas, desequilíbrios e descontinuidades. A inovação é, portanto, a causa última da instabilidade nas economias capitalistas (LAPLANE, 1997).

De acordo com Possas (1988) as abordagens que se centram no processo de mudança técnica, pensando-o mesmo como motor da dinâmica econômica capitalista, são marginais em relação aquele eixo teórico hegemônico. Entre estas, destacam-se claramente as de Marx e Schumpeter, não por acaso as principais referências teóricas para a recente retomada da preocupação com a mudança e o progresso tecnológico.

Possas (1988) apresenta os dois principais enfoques neoschumpeterianos. A ideia central de Nelson e Winter, na sua abordagem evolucionista, é que, tal como a evolução das espécies se dá por meio de mutações genéticas submetidas à seleção do meio ambiente, as mudanças econômicas têm origem na busca incessante, por parte das firmas, como unidades básicas do processo competitivo, de introduzir inovações de processos e produtos, que por sua vez, seriam submetidas aos mecanismos de seleção inerentes à concorrência e ao mercado.

Dosi (1988) complementa a questão ao mencionar que o ponto crucial é que esta variedade na base de conhecimento (específica à tecnologia e ao setor) da busca inovativa implica também diferentes graus de *tacitvidade* do conhecimento subjacente ao sucesso inovativo e, também ajuda a explicar

as diferenças entre setores na organização típica das atividades de pesquisa. Em outras palavras, um paradigma tecnológico pode ser definido como um “padrão” de solução de problemas tecno-econômicos selecionados, baseado em princípios altamente selecionados derivados das ciências naturais, juntamente com regras específicas que buscam adquirir conhecimento novo e salvaguardá-lo, quando possível, da difusão rápida aos concorrentes. (DOSI, 1988)

Em resumo: cada atividade produtiva é caracterizada por uma distribuição particular de firmas, de acordo com seus investimentos em P&D, resultados inovativos, tamanho, grau de assimetria na qualidade dos produtos e eficiência produtiva. Entretanto, a fotografia de uma indústria que emerge em qualquer ponto do tempo, é em si mesmo o resultado do processo competitivo que seleciona os sobreviventes a partir da variedade tecnológica e da diversidade comportamental das firmas, confere um prêmio ou uma punição para os inovadores pioneiros e favorece em graus variados a imitação e a difusão tecnológica (DOSI, 1988).

## O APARATO INSTITUCIONAL

Conceição (2002) define **instituições** de maneira igualmente heterogênea (ora como normas ou padrão de comportamento, ora como formas institucionais, ora como padrão de organização da firma, ou, ainda, como direito de propriedade). Para Veblen, conceito de instituição é definido como sendo resultado de uma situação presente, que molda o futuro através de um processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens veem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista.

Zysman (1994) menciona que as

instituições são grupos e regras que fornecem o contexto para mercados e, têm suas origens na criação do Estado-nação e os passos iniciais em direção a industrialização.

Hodgson (2002) menciona que nos planos teórico e metodológico, não há claro consenso entre pesquisadores contemporâneos em relação ao que constitui uma explicação adequada ou aceitável para o processo de emergência de uma instituição, entretanto, as instituições servem para controlar determinado ambiente.

Conforme Conceição (2002) o “corpo de conhecimento institucionalista”, é constituído de oito itens: a) ênfase na evolução social e econômica com orientação explicitamente ativista das instituições sociais; b) o controle social e o exercício da ação coletiva constituem a economia de mercado, que é um “sistema de controle social” representado pelas instituições; c) ênfase na tecnologia como força maior na transformação do sistema econômico; d) os institucionalistas insistem que o determinante último da alocação de recursos não é qualquer mecanismo abstrato de mercado, mas as instituições, especialmente as estruturas de poder, as quais estruturam os mercados e para as quais os mercados dão cumprimento; e) a Teoria do Valor dos institucionalistas tem outra natureza, ela não se preocupa com os preços relativos das mercadorias, mas com o processo pelo qual os valores se incorporam e se projetam nas instituições, estruturas e comportamentos sociais; f) ênfase no papel dual da cultura em um processo da “causação cumulativa” ou co-evolução; g) a estrutura de poder e as relações sociais geram uma estrutura marcada pela desigualdade e pela hierarquia, razão pela qual as instituições tendem a ser pluralistas ou democráticas em suas orientações; h) os institucionalistas são holísticos, permitindo o recurso a outras

disciplinas, que tornam o objeto de estudo econômico, necessariamente, multidisciplinar.

Com relação as diferentes abordagens institucionalistas, Conceição (2008) menciona que têm contemplado em certa medida alguma teorização sobre o tema do crescimento econômico. O que parece fundamental de se extrair dessa discussão é que crescimento enquanto processo exige a construção de um ambiente adequado, articulado macro e microeconomicamente, associado a uma noção de mudança institucional vinculado à abordagem evolucionária. O que se procurará constatar dessa discussão é que esses autores institucionalistas estão em linha de convergência com o campo de pesquisa evolucionário, que avança, conforme referido no estudo de Richard Nelson (2002), na construção de uma ponte entre a incorporação do conceito de instituição e a compreensão do processo de crescimento econômico.

Assim, uma estrutura institucional enraizada historicamente gerado um padrão de política, um padrão de comércio e um estilo organizacional distinto no governo e corporações. No entanto, que o padrão da política francesa tem evoluído desde a década de 1980. Sua estrutura institucional está sendo reformada. Estratégias e capacidades de intervenção industrial do Estado estão sendo redefinidas pela integração europeia e por esforços domésticos para redefinir o papel do governo. (ZYSMAN, 1994)

A questão de como as instituições se ajustam a uma teoria de crescimento econômico depende não somente da forma como são definidas, mas de outros aspectos teóricos, como entender a forma como a concepção de instituição, enquanto “tecnologias sociais”, se adapta às teorias evolucionárias de crescimento econômico. Nesse sentido, o avanço tecnológico retoma sua importân-

cia fundamental, com peso especial dentro da abordagem evolucionária. (CONCEIÇÃO, 2002).

Segundo North (1990), as instituições reduzem o grau de incerteza e os custos associados à atividade econômica, fato este que torna possível a coordenação dos agentes e a operação eficiente dos mercados. (VELASCO; CRUZ, 2003, p. 108) Por outro lado, as instituições podem, por vezes, constituir-se em importantes restrições impostas aos agentes econômicos, dificultando ao invés de auxiliar no processo inovativo. (GALÍPOLO; FERNANDES, 2005, p. 5 e RAUEN; FURTADO; CARIO, 2010)

Na concepção de North (1990), as instituições podem ser formais ou informais, notadamente as primeiras dizem respeito ao que está positivamente estabelecido e as últimas, aos costumes e às tradições tacitamente construídas. Nesse sentido, as instituições mais relevantes são: 1) regulação em marcas e patentes; 2) processos de certificação; 3) rotinas produtivas; 4) contatos formais e informais; 5) cultura e costumes locais e/ou setoriais; 6) políticas de fomento à inovação (em forma de leis ou não); 7) políticas de fomento ao desenvolvimento local de cunho geral. (EDQUIST, 1997)

Assim, conforme coloca Conceição (2002) determinar quem perde ou ganha se torna parte do problema de alocação de custos nas mudanças industriais, envolvendo, independentemente do modelo de desenvolvimento industrial adotado, três aspectos sempre presentes (em qualquer um dos modelos a seguir apresentados): capacidade técnica da ação do Estado na economia; estabelecimento de uma política de alocação de custos da mudança industrial; e processo político para permitir tais cumprimentos.

## SISTEMAS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A habilidade das empresas em criar conhecimento vai capacitá-las a interagir com os demais atores locais em um processo de aprendizado coletivo, no qual conhecimentos que são em parte codificados e em parte tácitos são trocados e utilizados. Nesse aspecto, capacitações localizadas se refletem no conhecimento incorporado em indivíduos, empresas e na própria estrutura institucional presente em sistemas produtivos territoriais. (STALLIVIERI; CAMPOS; BRITO, 2007) Rauen, Furtado e Cario (2010) afirmam que a especificidade local, aliada às características setoriais, determina o ambiente institucional, no qual as firmas, as universidades, as instituições públicas e privadas de pesquisa e as demais organizações estão imersas.

De acordo com Stallivieri, Campos e Brito (2007) reconhece-se três aspectos fundamentais relacionados à consolidação de arranjos ou sistemas produtivos localizados. O primeiro deles decorre da constatação de que esses arranjos constituem um *locus* de aglutinação e criação de competências, por meio de processos coletivos de aprendizado institucionalmente condicionados. Um segundo está relacionado ao pressuposto de que o mapeamento e a avaliação das práticas cooperativas são fundamentais para a compreensão das características dos processos de aprendizado em arranjos e sistemas produtivos. Por fim, um terceiro aspecto envolve articulação existente entre consolidação de práticas cooperativas, aprofundamento do aprendizado por interação e fortalecimento da competitividade e capacitação dos agentes.

Compartilhando boa parte da dinâmica e lógica de funcionamento dos sistemas nacionais, mas partindo de uma unidade analítica me-

nos agregada, tem-se os sistemas regionais/locais de inovação. Cooke (2003) afirma que a abordagem conceitual de sistemas regionais/locais de inovação possui como premissa básica “o fato de que muitas firmas inovativas operam no interior de redes regionais, cooperando e interagindo não apenas com outras firmas, tais como, fornecedores, clientes e concorrentes, mas também com organizações de pesquisa e tecnologia, agências de fomento à inovação, fundos de *venture capital*, bem como agências governamentais locais e regionais”.

De acordo com Rauen, Furtado e Cario (2010) as organizações que compõem um sistema local de inovação são 1) organizações produtivas (privadas – firmas – ou públicas); 2) organizações de ensino e pesquisa; 3) organizações financeiras (bancos de fomento e *venture capital*); 4) organizações de comércio interno e externo; 5) organizações públicas (prefeituras e secretarias); 6) organizações de coordenação de classe (sindicatos patronais e trabalhadores); 7) organizações de infraestrutura comum (serviços básicos e de provimento de informações); 8) organizações de fomento setorial.

De maneira geral, os sistemas de inovação, tanto nacionais quanto locais/regionais, são formados por dois elementos essenciais distintos, porém complementares, quais sejam: as organizações e as instituições. Cabe ressaltar que muitos autores que tratam dos sistemas de inovação não fazem qualquer distinção entre esses dois elementos e, por via de regra, os chamam apenas de instituições. No entanto, Edquist (1997), evidentemente influenciado pelas ideias de North (1990), promove uma discussão sobre os elementos essenciais a partir dos quais os sistemas de inovação se constituem. (RAUEN; FURTADO; CARIO, 2010)

Assim, é possível identificar que as firmas não inovam em isolado; elas

desenvolvem atividades inovativas estabelecendo relações (interações) umas com as outras e com outros tipos de organizações dentro de um contexto institucional. Em síntese, a abordagem de sistemas de inovação torna-se importante para se entender como muitas políticas públicas que influenciam o sistema de inovação ou a economia como um todo são ainda designadas e implementadas em nível nacional (KRETZER, 2009).

## PROCEDIMENTOS

### METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é caracterizada como aplicada de caráter exploratório. Para o alcance dos objetivos foram realizadas pesquisas documentais em relatórios governamentais e de instituições de pesquisa, econômicas e de ensino além de pesquisa bibliográfica em bases e dados de artigos científicos que trouxeram como temática central de discussão os municípios de Lages e Joinville, juntos e em separado.

A partir do estudo dos fundamentos teóricos que embasam esta pesquisa, o tratamento dos dados coletados para o alcance do objetivo de comparar o desenvolvimento dos dois municípios foi fundamentado em categorias analíticas levantadas a partir da teoria neoschumpeteriana, institucional, de sistemas de inovação e de dados econômicos.

Desta forma, antes de apresentar o desenvolver histórico/geográfico/econômico dos municípios, as categorias de análise foram formuladas e a análise de conteúdo dos dados foi realizada.

1. Evolução Histórica - colonização
2. Dados econômicos gerais (PIB, PIB per capita, Emprego, Renda, Empresas, Exportações, Importações, Arrecadação, etc.)

3. Governança local

4. Produção e Inovação

## RESULTADOS

### A Dinâmica De Desenvolvimento Em Lages E Joinville

Segue-se neste artigo o que preconizam Arend e Cario (2010) ao afirmarem que o resgate da história melhora a compreensão do processo de desenvolvimento econômico.

Tradicionalmente, as análises que tratavam da *performance* tecnológica de uma economia estavam apenas fundamentadas na observação dos *inputs* (por exemplo, gastos em pesquisa e desenvolvimento) e dos *outputs* (por exemplo, patentes e licenças) inerentes ao desenvolvimento de novos produtos ou processos. (GODIN, 2007) Com o passar do tempo, as limitações dessa abordagem tornaram-se evidentes. Essas análises tradicionais, apesar de serem capazes de medir, parcialmente, o volume de esforços e a geração de invenções, eram insuficientes para a compreensão da capacidade inovativa de uma determinada economia, sobretudo por não tratarem dos fluxos de conhecimento surgidos nos processos de interação existentes entre os agentes econômicos. (RAUEN; FURTADO; CARIO, 2010)

Desse modo, verifica-se que não há estudos que trabalhem com a dinâmica de desenvolvimento local em um processo evolutivo que comparem os dois municípios aqui apresentados. Além disso, a hipótese central aqui apresentada é que em uma visão de desenvolvimento historicamente construído muitos pontos beneficiaram o município de Joinville e não estiveram presentes em Lages. Faz-se então necessário uma apresentação sobre o histórico de colonização destas localidades.

Em 1876 as bandeiras paulistas fundaram Lages e deram início a

ocupação do Planalto Catarinense. O mesmo motivo que levou Portugal a ocupar o litoral justificava a ocupação do Planalto. Como diz Peluso Jr. (1991, p. 256) a guerra de fixação da fronteira meridional da colônia, fazia Portugal ocupar os campos de Lages. O desenvolvimento da agricultura ou da pecuária não interessava para a metrópole do ponto de vista econômico. Por isso, em SC, nenhum produto foi destaque em termos de produção e comercialização, tal como ocorreu com o açúcar, o algodão e mais tarde com o café, produzido em outras províncias do país. De qualquer forma, no estado catarinense as atividades desenvolvidas no litoral e no planalto se complementaram e formaram a base de um povoamento mais efetivo que ocorreu com a imigração açoriana. (CORREA, 1999)

Em meados do século XIX, sob influência das mudanças econômicas e materiais decorrentes do desenvolvimento da cafeicultura no sudeste do Brasil, iniciou-se uma fase da formação territorial e econômica de SC. Como relembra Seyferth (1974, p.31), a necessidade de ampliar a produção de alimentos para suprimento dos centros urbanos levou os fazendeiros de café a pressionar o governo imperial para conceder terras a imigrantes. No sul, e particularmente em SC, havia razões suficientes para que fossem destinadas áreas à colonização. (CORREA, 1999)

Os primeiros foram os alemães, que predominaram em número. Por iniciativa particular, em 1850 no médio vale do rio Itajai-Açu, fundaram a colônia de Blumenau. Em 1851 surgia no nordeste do estado a colônia Dona Francisca, hoje Joinville. A partir desses núcleos a imigração alemã se disseminou, surgindo novas colônias. (CORREA, 1999)

A chegada de novos imigrantes depois de 1870 contribuiu para diversificar a economia na província,

com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais (pequena produção). A presença de várias pequenas atividades mercantis e manufatureiras (artesanato, pequena indústria) contribuiu para gerar uma acumulação pulverizada e lenta. Por um lado, fundamental para criar uma base produtiva diversificada e, por outro, em razão da lentidão da acumulação, um entrave para gerar um comando capaz de conduzir a integração comercial e produtiva. O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial (facilidade da cópia) e pela tradição dos imigrantes, que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália. (GOULART FILHO, 2002)

Quando Goulart Filho (2002) afirma que no período que vai de 1880 a 1945 predominou o padrão de crescimento baseado na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais, não está excluindo o planalto serrano. É sabido que a grande propriedade pecuária e extrativista mercantil constituiu a base econômica do planalto serrano por um longo período. (COSTA, 1982)

No entanto, as bases produtivas em Santa Catarina ainda continuavam as mesmas, e somente a partir de 1945 começou a mudar a estrutura econômica do Estado barriga-verde, com a ampliação da pequena indústria metal-mecânica em Joinville, com o surgimento da indústria de papel, pasta e celulose no planalto e com o das cerâmicas no sul. A indústria catarinense estava se consolidando e começava a partir para outra base produtiva, que passava a comandar o processo de acumulação. (GOULART FILHO, 2002)

Durante o período 1945-62, houve uma expansão dos setores tradicionais que se originaram no período

anterior. Ao mesmo tempo em que se expandiam, havia uma diversificação a partir do próprio setor: o madeireiro diversificou-se para a produção de papel, papelão e pasta mecânica, e do setor dos alimentos nasceu a agroindústria (GOULART FILHO, 2002)

No início da década de 50 os problemas econômicos no Estado foram atenuados, a indústria apresentava-se diversificada em vários pontos do território, destacando-se os ramos alimentar, têxtil, madeireiro, metal-mecânico e elétrico, ervateiro e carbonífero. As maiores concentrações industriais coincidiam com as primeiras zonas coloniais instaladas em SC. (CORREA, 1999)

É dentro desse movimento mais amplo que se deve entender as mudanças estruturais na economia catarinense pós 1990, como a redução das atividades estatais, a reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte do setor carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário e a desnacionalização no complexo agroindustrial. (GOULART FILHO, 2002)

Nos anos 2000 a indústria catarinense novamente volta crescer. Os movimentos dinâmicos são percebidos em algumas regiões enquanto outras apresentam um ambiente mais estático.

## As características do desenvolvimento em Lages

Geizer e Cazella (2007) mencionam que pela análise histórica, a região serrana sempre teve marcante o fato de possuir forte relação de dependência entre a minoria rica dos fazendeiros e a maioria da população, composta de caboclos peões, roceiros e outros. Essa relação foi substancialmente alterada com o surgimento do trabalho assalariado nas fábricas, porém manteve-se ainda a mentalidade clientelista, tanto

entre os peões quanto entre os “patrões” locais, dificultando o surgimento do empreendedorismo não só de cunho econômico, mas sobretudo social.

Outra questão é que a região possui juntamente com um também expressivo número de pequenas propriedades, grande número de latifúndios, devido à sua construção histórica diferente da lógica de colonização do restante do estado. (GEISER; CAZELLA, 2007)

Outra característica marcante da região, segundo Geizer e Cazella (2007) também relacionada à construção histórica da estrutura fundiária, é a precariedade da posse da terra. A região concentra uma proporção de agricultores não proprietários (parceiros, arrendatários e ocupantes) muito maior que a média do estado, especialmente nos municípios mais desfavorecidos, o que evidencia a dificuldade por parte dos agricultores de baixa renda de ter acesso à propriedade da terra.

Goulart Filho (2002) menciona que a partir dos anos 1950, a região experimentou um grande surto de desenvolvimento através da exploração de madeira, em especial da araucária (*Araucaria angustifolia*), feita principalmente pelos madeireiros, na maioria descendentes de italianos, oriundos do Rio Grande do Sul. Dessa forma, teve início um processo de industrialização da região, o que também causou um rápido aumento da população, com a vinda de migrantes de outras regiões para trabalhar nas serrarias. Essa dinâmica teve início nos anos 30, mas conheceu seu auge nos anos 50 e 60, com a abertura de boas vias de escoamento do produto por ferrovias e rodovias pavimentadas

A diversidade de produtos industrializados que tem por base a madeira no Planalto Serrano contrasta, no entanto, com a sua incapacidade de promover círculos virtuosos de desenvolvimento da região,

reduzindo os níveis elevados de pobreza. (GEISER, 2006) Não se pode ainda afirmar que a cadeia produtiva aqui descrita se estrutura na forma de um Sistema Produtivo Local, visto que para que seja considerada como tal, mais do que apresentar proximidade física e interdependência entre as empresas participantes, as firmas devem agir de forma cooperada, obtendo vantagens devido ao tipo de relações sociais desenvolvidas. (GEISER; CAZELLA, 2007)

Na década de 1980, a madeira nativa foi tornando-se escassa e muitas das serrarias foram desativadas, causando aumento no desemprego da região. Alguns municípios da região chegaram a abrigar mais de cem serrarias na década de 1960, reduzindo para menos de uma dezena nos anos 1990 (JESUS, 1991). Praticamente todos os empresários do ramo da madeira eram extrativistas, não se importando com a reposição do estoque de madeira explorado e simplesmente migrando para outra área quando as reservas se esgotavam. Esse processo continua ocorrendo no Brasil e muitas das serrarias hoje instaladas no Mato Grosso, Pará e Amazonas são as mesmas empresas que antes exploravam a madeira do sul do Brasil. (GOULARTI FILHO, 2002)

Geizer e Cazella (2007) perceberam que o cultivo de *pinus* não representa uma importante fonte de empregos no campo. No caso de grandes fazendas de gado que se transformam em reflorestamentos de *pinus*, o impacto não é tão relevante, dado que a criação extensiva de gado com baixos níveis de tecnologia também emprega pouca mão-de-obra. Trata-se de um setor bastante verticalizado, onde a mesma empresa possui praticamente todos os elos da cadeia produtiva, desde fazendas próprias para reflorestamento até a elaboração de produtos como sacos de papel e embalagens de papelão.

No setor de produção de papel e celulose Geizer e Cazella (2007) constataram a presença de poucas empresas, com altíssimo nível tecnológico e rígido controle do processo. Atualmente são as empresas líderes no país que produzem papel e celulose no Planalto Serrano, e não há espaço para que pequenas empresas ocupem parte do mercado. Portanto, não é possível falar em inter-relações horizontais entre pequenas empresas, nem de sub-contratações e parcerias.

Outro ponto crítico apresentado, de acordo com Casarotto Filho e outros (2002), com relação às empresas de Lages na gestão organizacional refere-se ao estilo de administração. As decisões a serem tomadas, tanto estratégicas como diárias, estão atualmente centralizadas no proprietário. Como mudança, as empresas precisam preparar funcionários para os quais se possa delegar autoridades e funções de decisão. Já com relação às empresas de São Bento do Sul, verifica-se deficiência na participação dos empregados, prática que contribuiria para a melhoria das operações e dos processos produtivos.

Existe na região uma instituição forte que é a cultura serrana, do homem serrano, dos campos de Lages. De acordo com Geizer e Cazella (2007) da mesma forma o fazendeiro, acostumado ao sistema de exploração extensiva do gado, sem necessidade de maiores investimentos ou inovações tecnológicas para garantir sua competitividade, está na origem de uma elite extremamente conservadora quanto a investimentos em novas atividades ou mesmo sem a cultura da busca incessante por melhores resultados na atividade principal, característica essencial para gerar uma dinâmica empreendedora que promova o desenvolvimento da região.

Cazella e Burigo (2008) mencionam a consequência do fato apresen-

tado ao abordar que a falta de projetos inovadores na região esbarra nas deficientes capacidades técnicas instaladas, que dificultam o aprofundamento de estudos de ações inusitadas. Não é demais lembrar que a bem sucedida experiência do cooperativismo de crédito rural empreendida por organizações sindicais e ONG teve origem de um estudo sobre o assunto, não faltando na época aconselhamentos contrários de profissionais da extensão rural pública.

## As características do desenvolvimento em Joinville

A industrialização em Joinville iniciou ainda no Brasil império, gerada por demandas do setor agrícola da região, principalmente pela erva-mate (ROCHA, 1997). A mão de obra imigrante proveniente da Alemanha era constituída em boa medida por famílias que possuíam importantes habilidades técnicas, como já mencionado, os quais possuíam fortes laços com a Alemanha, a qual enviou muitas vezes consultores para auxiliar o desenvolvimento da região (RAUEN; FURTADO; CARIO, 2010).

Assim, os processos históricos ocorridos em Joinville – extração da erva-mate, a consequente necessidade de máquinas e equipamentos elétricos (inseridos no contexto de urbanização e industrialização brasileiro) –, a presença de imigrantes com conhecimentos industriais e os fortes laços com os desenvolvimentos técnicos provenientes da Alemanha (importante produtora de bens eletrometal-mecânicos) determinaram que a economia local se desenvolvesse, principalmente, em torno das atividades do complexo eletrometal-mecânico. (RAUEN; FURTADO; CARIO, 2010).

Com o amadurecimento de sua estrutura industrial, a microrregião passou a ser reconhecida nacional

e internacionalmente por sua forte tradição industrial, mais especificamente em relação à eletrometal-mecânica e à indústria têxtil. Na microrregião, cerca de 30% da mão-de-obra está alocada na eletrometal-mecânica, com a participação de uma ampla gama de empresas dos mais diversos portes. Essa forte participação no emprego ganha ainda mais destaque considerando-se a diversificação da estrutura produtiva local com forte presença de outras indústrias como a têxtil, a alimentícia, a de materiais plásticos, entre outras (STALLIVIERI; CAMPOS; BRITTO 2009).

Stallivieri, Campos e Britto (2009) ainda mencionam que nesta aglomeração produtiva, simultaneamente desenvolveu-se uma estrutura institucional muito forte, incluindo associações de classe, sindicatos, universidades, escolas técnicas e centros de treinamento e formação profissional. Tais instituições deram base de aprendizagem para que as indústrias, dos diferentes ramos pudessem absorver novos conhecimentos.

A região amadureceu economicamente e passou a ser reconhecida nacional e internacionalmente por sua forte tradição industrial, principalmente nas áreas da eletrometal mecânica e têxtil (STALLIVIERI; CAMPOS; BRITO, 2007)

Em pesquisa empírica Stallivieri, Campos e Brito (2007) identificaram um núcleo dinâmico de inovação no aglomerado de indústrias do município as quais elevam qualitativamente a aprendizagem interativa, característica de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais e acaba por fomentar o aprendizado interativo e possibilita a sustentabilidade do dinamismo do arranjo como um todo.

Rauen, Furtado e Cario (2010) complementam a questão do núcleo dinâmico de inovação ao afirmarem que devido a essa intensa necessidade de introdução de inovações,

sejam radicais ou incrementais, o próprio desenvolvimento da firma depende de sua capacidade de produzir novos produtos e ou serviços.

A busca por inovações na região foi tão presente que o surgimento da indústria de *software* em Joinville ocorre por meio de um processo endógeno impulsionado por mudanças técnicas providas da indústria de informática (redução de tamanho e barateamento dos equipamentos), econômicas (processos de reestruturação produtiva das empresas do complexo eletrometal-mecânico) e políticas (fim da reserva de mercado) (RAUEN; FURTADO; CARIO, 2010).

Em pesquisa empírica no município Rauen, Furtado e Cario (2010) identificaram no contexto da breve história do *software* em Joinville, os seguintes fatos:

- 1) preferência aos produtores locais (dada a elevada necessidade de compartilhamento de informações estratégicas, os empresários locais preferiam-se relacionar comercialmente com desenvolvedores locais de *softwares*);
- 2) informatização das atividades comerciais da região (o desenvolvimento socioeconômico e a revolução da microinformática fomentaram a utilização de *softwares* nas mais diversas atividades econômicas; assim, ocorre durante a década de 1990 o surgimento de empresas especializadas em *softwares* para a gestão de escolas, de frotas, de bibliotecas, entre outras);
- 3) qualificação da mão de obra (as demandas geradas pelas recém-criadas empresas de *software* da região levaram à criação de inúmeros cursos de informática, oferecendo, em 1999, um total de 500 va-

gas/ano);

- 4) criação das primeiras organizações de fomento setorial (em 1995 e 1999 foram criadas, respectivamente, as organizações de fomento setorial SOFTVILLE, agente SOFTEX do município e MIDIVILLE,<sup>16</sup> gerida pelo SENAI17).

De acordo com Stallivieri, Campos e Brito (2007) as evidências apresentadas sugerem que, no caso do arranjo eletrometal-mecânico da microrregião de Joinville, as sinergias proporcionadas pela proximidade e pelas intensas interações entre os agentes possibilitaram o desenvolvimento de um sistema produtivo localizado com forte potencial inovador. Partindo dessas evidências e considerando os procedimentos desenvolvidos ao longo da análise, a contribuição do artigo desdobra-se em três campos principais.

Com relação a infraestrutura de apoio à indústria de *software* local, Rauen, Furtado e Cario (2010) mencionam que apesar de contar com um número significativo de organizações e umas poucas instituições, não tem conseguido articular o sistema local de modo a utilizar as potencialidades inerentes à cada organização e instituição isoladamente considerada.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### Evolução histórica – colonização

Como já discutido nos capítulos iniciais desta pesquisa, a visão institucional evolucionária leva em conta a evolução histórica do local como pressuposto básico da análise de desenvolvimento. A história enraizada nos costumes, instituições e nas próprias organizações é fundamental no processo de análise do

desenvolvimento que se propõem nesta pesquisa.

Através da coleta dos dados, percebe-se que em Lages as condições históricas influenciaram de maneira efetiva a atual situação de desenvolvimento, no caso de comparação com Joinville, um subdesenvolvimento.

O primeiro ponto a ser apresentado é a questão da própria colonização da região serrana, iniciada pelos tropeiros e depois por açorianos que foram enviados para ocuparem as terras da região. A partir daí, como visto anteriormente, a agricultura e a pecuária se desenvolveram em uma estrutura fundiária de grandes proporções e com precariedade da posse da terra.

Tais fatos fizeram com que existisse, desde os primórdios da ocupação da região a dependência entre minorias ricas e maioria pobre. Tal fato é discutido no tópico de instituições pois se tornou uma instituição informal dentro da cultura enraizada na região.

Após a economia da região era

embasada na agricultura e na pecuária, atualmente é o setor de reflorestamento e de papel e celulose que é predominante na região, existindo algumas iniciativas de centros de inovação, ainda incipientes. Além disso, os italianos vindos do Rio Grande do Sul que tiveram a iniciativa de industrialização da região, após longo período de tempo estagnado na sua primeira fase de colonização.

Dessa forma, percebe-se que o desenrolar histórico da região de Lages não propiciou o acompanhamento do desenrolar histórico do Brasil e também do mundo, o que colocou Lages em uma posição inferior a outras cidades catarinenses e a prejudicou a alcançar níveis satisfatórios de desenvolvimento.

Por outro lado, a cidade Joinville é considerada uma das mais dinâmicas e desenvolvidas do Estado. Tal fato se dá também pela trajetória histórica da região, que se diferencia em diversos pontos com a de Lages.

A primeira diferença diz respeito à colonização. Enquanto Lages foi colonizada por tropeiros, açorianos

e após longo tempo por italianos, a cidade de Joinville iniciou sua colonização, ainda com o nome de Dona Francisca, por alemães e italianos que vieram da Europa com o intuito de colonizar a região.

Primeiramente existiu atividade econômica a partir da agricultura, como em Lages, principalmente pelo plantio da erva-mate, entretanto, os imigrantes vieram com competências técnicas e maiores conhecimentos. Tal fato proporcionou que o processo de industrialização começasse em menor tempo que Lages, primeiramente para auxiliar a produção agrícola e posteriormente no setor metal-mecânico e têxtil.

Diferentemente de Lages, a estrutura fundiária de Joinville era baseada em pequenas propriedades, onde a distribuição e a posse da terra eram bem definidas, fazendo com que os imigrantes pudessem desenvolver-se. O quadro 1 mostra as principais características das trajetórias históricas vividas nas cidades de Lages e Joinville.

**Quadro 1 – Características Históricas de Joinville Lages**

Lages	Joinville
Colonização pelos tropeiros e açorianos	Colonização por alemães e italianos
Colonização para ocupação	Colonização para produção
Pecuária e Agricultura/ Madeira, Papel e Celulose	Agricultura / Metal-Mecânica, Têxtil, Software
Grande número de latifúndios	Pequeno número de Latifúndios
Precariedade da posse da terra	Formalidade na posse da terra
Dependência entre minoria rica e maioria pobre	Sem indicação de grande dependência entre pobres e ricos

Fonte: elaborado pelos autores, 2014.

Identifica-se então que a trajetória histórica proporcionou uma tra-

jetória de dependência para Lages, o que de certa forma, atrapalhou o

seu desenvolvimento. Enquanto em Joinville esta trajetória teve elemen-

tos diferentes que possibilitaram a região a busca permanente pelo desenvolvimento. Aqui se infere que Lages possui então uma trajetória histórica mais engessada/estática/estável e Joinville por outro lado uma trajetória flexível/dinâmica/instável.

## DADOS ECONÔMICOS GERAIS

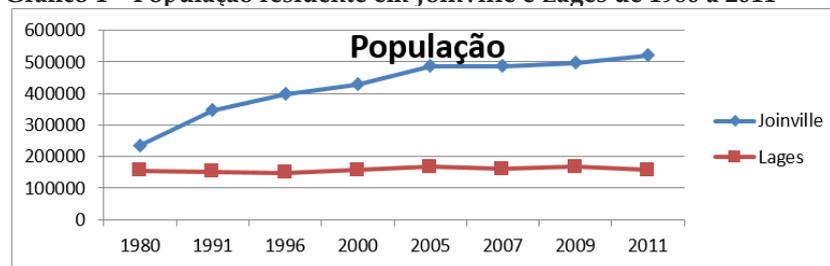
Os dados econômicos também auxiliam o processo analítico de desenvolvimento nos municípios estu-

dados. Dessa forma procurou-se entender o desenrolar histórico destes dados e levantar hipóteses de questões que puderam influenciá-los ao longo dos anos.

A primeira comparação é com relação ao quantitativo populacional. Identifica-se a partir do Gráfico 1, que Joinville e Lages tinham populações razoavelmente parecidas em 1980. A partir da metade da década Joinville iniciou um grande crescimento populacional enquanto Lages estagnou na média de 150 mil habitantes.

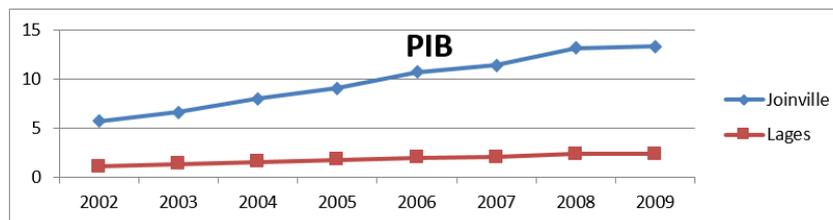
Como analisado no item anterior, percebe-se que o crescimento populacional das regiões acompanhou o desenvolvimento industrial que as mesmas tiveram. Enquanto Joinville promoveu inovações na indústria e novas formas de gestão, inclusão de novos setores de produção e fomento ao desenvolvimento, Lages permaneceu estática na produção extrativista de madeira, papel e celulose. Essa dinamicidade joinvillense e a estaticidade lageana são refletidas no crescimento populacional.

**Gráfico 1 – População residente em Joinville e Lages de 1980 a 2011**



Fonte: IBGE (2011)

**Gráfico 2 – PIB de Joinville e Lages de 2002 a 2009**



Fonte: IBGE (2011)

Um dos principais indicadores que analisam o desenvolvimento econômico em países, regiões e municípios é o Produto Interno Bruto (PIB). Ao analisar os dois municípios percebe-se que Joinville sempre obteve um PIB exponencialmente maior que o de Lages.

Verifica-se, a partir do gráfico 2 que na década dos anos 2000 Joinville obteve um crescimento de mais

de 100% de seu PIB, enquanto Lages permaneceu em uma linha média de 2 bilhões de reais ao ano.

O sucesso de Joinville então se deve entre outros fatores, a dinâmica produtiva da região, à busca pela inovação e ao próprio histórico do município. A diversidade produtiva também é fator determinante neste processo de crescimento do PIB. Já Lages, manteve uma média baixa,

segundo a de outros tanto municípios brasileiros que não possuem capacidade tecnológica e institucional para modificar estruturas e processos produtivos com o intuito de crescer economicamente.

Outro fato que traduz a discrepância de crescimento econômico entre os dois municípios é o PIB per Capita, apresentado no gráfico 3. Percebe-se que atualmente (última

verificação encontrada em 2009) o PIB per capita de Joinville chegou à faixa de 23 mil reais por habitante, enquanto em Lages não passou de 13 mil reais por ano por habitante.

A dinâmica industrial de Joinville novamente justifica este número, mesmo sendo a cidade mais populosa de Santa Catarina, o índice do PIB per capita (Gráfico 3) é um pouco alto, quando comparado com a média brasileira de R\$ 21.252,00 (IBGE, 2011). A limitação aqui se encontra no município de Lages, onde o seu PIB per Capita está muito aquém da média nacional, configurando-se como uma situação de emergência e proporcionando aos gestores públicos e empresariado local desafios para melhoria da qualidade de vida da população.

O emprego é outro indicador que pode refletir o processo de desenvolvimento de um município. Joinville possui atualmente, de acordo com o IBGE (2010) 35,36% de sua população atividade em empregos formais, enquanto Lages atinge a marca de 24,20%. Tal fato apresenta a busca pela formalidade e valorização do emprego. O reflexo disso é o índice de evolução do emprego formal em 2010 que foi de 5,34% para Joinville e 0,44% para Lages.

O emprego portanto é outra determinante que influencia o desenvolvimento como processo complexo. A partir do momento que empresas e poder público aliam-se na busca pela formalização e valorização do empregado percebe-se nitidamente a seriedade, visão e perspectiva depositadas no processo de desenvolvimento para região.

Em Lages essa falta histórica de preocupação com o desenvolvimento e o próprio engessamento do desenvolvimento da região não proporciona para as mencionadas instituições grandes possibilidades de mudanças. Neste aspecto, retoma-se a ideia do evolucionismo neo-schumpeteriano onde o processo histórico é fato influenciador e determinante no processo atual de desenvolvimento. Neste caso, o emprego é um dos reflexos.

Com relação ao desemprego percebe-se que os índices das duas cidades permanecem parecidos desde a década de 70. O gráfico 4 apresenta a questão.

De acordo com Filho A (2002) a questão do emprego em Lages possui uma avaliação negativa pois a cidade não possui forças endógenas como, tecnologia e recursos internos suficientes para melhorar o problema. Nos anos 90, acreditou-se que a instalação de várias empresas na cidade e os investimentos externos poderiam tirar a cidade da regressão. Porém, não se confirmou, pois as empresas vieram com o intuito somente de utilizar o recurso natural abundante. Não existe em Lages um comando de forças internas que engendram um movimento capaz de romper o ciclo vicioso da dependência de investimentos de fora e gerar diversificação produtiva. Silva, Westphal e Berka (2008) ainda mencionam que a deficiência no quesito emprego no município acaba ocasionando o subemprego em muitas áreas.

Com relação as exportações percebe-se que Joinville possui uma diversidade estrutural da indústria

que possibilita um número muito maior de venda para o exterior do que Lages. Tal fato carrega consigo as importações. O valor agregado de tecnologia e inovação nos produtos e serviços produzidos em Joinville também contribui para o resultado da Balança Comercial do Município. Os gráficos 5 e 6 mostram as exportações e importações dos dois municípios de 2004 a 2010.

Percebe-se além disso que as exportações de Joinville são 15 vezes maiores que as de Lages em 2011 (R\$ 1.676.470.307,00 contra R\$ 109.396.099,00). Tal fato novamente apresenta as diferenças estruturais dinâmicas das indústrias dos dois municípios.

No tocante à importação, a tendência atual de grande diferença entre os municípios permanece. Por estar inserido em indústrias com forte cunho inovativo, Joinville teve uma crescente muito forte nas importações nos últimos anos, diferentemente de Lages que permaneceu praticamente estática durante o período estudado.

Em 2011 Joinville totalizou R\$ 1.647.805.856,00 em produtos e serviços importados, contra R\$ 26.215.271,00 de Lages, resultado em 62 vezes mais valor importado por Joinville.

Outro fato relevante nesta questão é a distribuição das empresas nos setores econômicos. De acordo com as Tabelas 1 e 2, percebe-se que a alocação de empresas nos setores extrativistas e de agropecuária é maior em Lages, enquanto as indústrias de transformação tem destaque em Joinville.

**Tabela 1 – Número de estabelecimentos e trabalhadores por atividade Econômica – Lages**

(continua)

Lages	Atividade Econômica	Número de Estabelecimentos	Número de Trabalhadores
	Agropecuária, extrativismo vegetal e pesca	1470	7257
	Indústria extrativa mineral	13	89

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e trabalhadores por atividade Econômica – Lages

(conclusão)

Lages	Atividade Econômica	Número de Estabelecimentos	Número de Trabalhadores
	Indústria de transformação	716	12790
	Serviços industriais de utilidade pública	34	213
	Construção Civil	336	2887
	Comércio	2693	13731
	Serviços	2502	23812
	<b>TOTAL</b>	<b>7764</b>	<b>60779</b>

Fonte: IBGE 2011

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e trabalhadores por Atividade Econômica - Joinville

Joinville	Atividade Econômica	Número de Estabelecimentos	Número de Trabalhadores
	Agropecuária, extrativismo vegetal e pesca	185	1003
	Indústria extrativa mineral	19	544
	Indústria de transformação	2304	76841
	Serviços industriais de utilidade pública	47	1341
	Construção Civil	925	8852
	Comércio	6380	37978
	Serviços	5861	80177
	<b>TOTAL</b>	<b>15721</b>	<b>206736</b>

Fonte: IBGE 2011

Mais um fato que merece destaque é o número de empregados em cada setor. Enquanto em Lages, o setor de agropecuária e extrativista possui 4,93 trabalhadores por empresa e no setor de indústria de transformação 17,86 trabalhadores por empresa, em Joinville esse índice fica em 5,42 nas empresas do ramo agropecuário e 33,35 no setor da indústria de transformação, corroborando a análise de que em Joinville o emprego é maior devido às determinantes do desenvolvimento aqui representadas.

## GOVERNANÇA LOCAL E INOVAÇÃO

De acordo com Cooke, Uranga e Etxebarria (1997) um sistema de inovação está baseado centralmente na estrutura de governança local envolvida no processo de geração e difusão de inovações, que torna a organização das inter-relações entre organizações um aspecto importante, em termos de proximidade.

Percebe-se desta forma que a aproximação de empresas é muito maior no município de Joinville, tanto na horizontalização do setor metal-mecânico com seu sistema de

subcontratações, como na própria indústria de softwares. Stallivieri, Campos e Brito (2007) identificaram, como já mencionado um núcleo dinâmico de inovação no aglomerado de indústrias do município de Joinville as quais elevam qualitativamente a aprendizagem interativa, além disso, Rauen, Furtado e Cario (2010) também encontraram essa cooperação entre empresas em pesquisas em Joinville.

No caso de Lages não foi encontrado na literatura pesquisas que afirmassem a existência de uma governança local de inovação. Além disso, nas publicações oficiais, como

relatórios e apresentação de indicadores, também não foram achados dados que pudessem dar a ideia da existência de uma governança local.

Outro ponto a ser destacado é a existência de instituições que auxiliam e fundamentam o processo de desenvolvimento nos municípios. Os dois municípios são sedes de regiões de desenvolvimento regional e possuem as Secretarias de desenvolvimento regional (SDR), estruturas do governo do Estado que auxiliam no processo público administrativo.

Com relação ao apoio a inovação os dois municípios possuem instituições de ensino federais. Em Joinville a UFSC e o IFSC estão presentes, além da Estadual UDESC e de outras instituições particulares e comunitárias que auxiliam na formação, pesquisa e desenvolvimento na região. Em Lages, o IFSC e a UDESC estão presentes, além de outras faculdades privadas.

Identifica-se que o volume de instituições de ensino e pesquisa são maiores em Joinville. Entretanto, a partir de 2012 inicia-se um esforço para desenvolver novas tecnologias, aprendizagem e inovação em Lages, com o programa estadual Inova SC, onde Joinville também é beneficiado com um polo de Inovação Regional.

Dessa forma, seguindo a lógica de análise desta pesquisa, verificou-se que no quesito de governança local e instituições Joinville possui um aparato mais complexo, com inter-relações mais bem definidas e objetivos mais claros. Entretanto, percebe-se que Lages inicia atualmente um processo de institucionalização da inovação, com programas governamentais, instituições formais e empresas.

Dosi (1988) ao mencionar que cada atividade produtiva é caracterizada por uma distribuição particular de firmas, de acordo com seus investimentos em P&D, resultados inovativos, tamanho, graus de assimetria na qualidade dos produtos e

eficiência produtiva, faz uma relação a cerca da produção, do desenvolvimento e da inovação.

O Projeto Micro e Pequenas Empresas em Arranjos Produtivos Locais no Brasil (2003) identificou as estruturas do Arranjo produtivo Metal Mecânico de Joinville, já Rauen, Furtado e Cario (2010) analisaram o Arranjo de softwares. Nos dois estudos verifica-se cooperações e regime de subcontratação de empresas menores por empresas maiores.

Estas questões apresentadas demonstram que Joinville possui uma maior e melhor estrutura institucional e de cooperação entre empresas, o que configura um estágio mais avançado de desenvolvimento quando comparada a Lages. Campos, Batschauer e Calheiros (ano) identificaram alguns aspectos da política de desenvolvimento que auxiliaram Joinville a chegar no posto que se encontra. A consolidação das vantagens locais e a estimulação da ação coletiva é uma delas. Apesar de trabalhar as vantagens locais, Cazela e Burigo (2008) ao analisar o município de Lages afirmam que a estimulação da ação coletiva, de cooperação e regime de subcontratações é quase inexistente em Lages, prejudicando o desenvolvimento industrial da região.

O segundo ponto inerente as políticas de desenvolvimento é a criação de competências para inovação, baseadas em aprendizagem organizacional e instituições. Aqui, as próprias redes empresariais auxiliam no processo de aprendizagem pelo *learning by doing*, proposto por Malerba (1992). Identifica-se a partir dos estudos de Rauen, Furtado e Cario (2010) e Stallivieiri, Campos e Brito (2007 e 2009) que em Joinville este processo de aprendizagem acontece tanto na indústria metal mecânica como na de software. Cazela e Burigo (2008) e o próprio Goulart Filho (2002) afirmam que em Lages a o processo de aprendizagem e a criação de compe-

tências para a inovação não são fortemente disseminados no contexto industrial local, inviabilizando-o.

Por último, Campos, Batschauer e Calheiros (ano) abordam a questão da articulação institucional para o desenvolvimento do sistema. O aparato institucional em Joinville é maior que em Lages, como já mencionado. Entretanto, a quantidade de instituições formais aqui não é o ponto limitante. A legitimidade destas instituições e sua atuação é que fazem com que se crie condições para o desenvolvimento. Em Joinville, Cario (2003) apresenta as principais instituições de ensino, de classe e associações que auxiliam no processo de desenvolvimento da região. Bastos (2011) apresenta algumas instituições de Lages, mas não chega a analisar a influência das mesmas no processo de desenvolvimento do município.

## CONSIDERAÇÕES

### FINAIS

O objetivo central deste estudo foi comparar o desenvolvimento dos municípios de Lages e Joinville a partir de uma visão evolucionista neoschumpeteriana e dos preceitos da teoria institucional.

Assim, percebeu-se que o desenvolvimento dos municípios possui especificidades, influência histórica, empresarial e política. Atualmente estão em estágios distantes, onde Joinville vive num alto estágio de inovação e desenvolvimento e Lages colhe os frutos dos anos de estaticidade e tem dificuldade para engendrar um desenvolvimento mais virtuoso.

Com relação ao desenrolar histórico dos municípios identificou-se que os dois tiveram trajetórias dependentes de sua colonização (*path dependence*). Lages colonizada por açorianos com o intuito de ocupar as terras serranas e Joinville por alemães e italianos que imigraram

para a região com o intuito de produção agrícola. Em Lages, os açorianos com poucos conhecimentos técnicos não conseguiram desenvolver e implantar inovações na agricultura e principalmente na pecuária. Em Joinville, alemães e italianos conseguiram. Primeiramente para auxiliar o cultivo da erva-mate e posteriormente diversificaram a produção industrial, chegando aos dias atuais ao destaque da indústria metal-mecânica, têxtil e de softwares.

Esse caminho histórico percorrido pelos dois municípios mostra que já do aspecto histórico existiu uma rigidez estrutural em Lages (*lock-in*), ao passo que em Joinville a estrutura se adequou as novas realidades econômicas, mostrando um poder dinâmico na economia do município.

Identificou-se também, que com a Globalização e o acompanhamento do paradigma tecnológico das indústrias a que pertence, o município de Joinville conseguiu nos últimos 10 anos um crescimento exponencial no PIB, PIB per Capita, exportações e importações, mostrando que se encontra em harmonia com o paradigma tecnológico dominante. Por outro lado, apesar de se reconhecer algumas ações isoladas no município de Lages, até 2012 se mantinha estática, com os mesmos índices de PIB, PIB per Capita menor que a média nacional e taxas baixas de importação e exportação quando comparado a outros polos industriais do Estado de Santa Catarina.

Outro ponto de destaque foi a estrutura industrial nos dois municípios. Enquanto em Lages a economia é formada majoritariamente por empresas de extrativismo e agropecuária, em Joinville a Indústria de transformação é hegemônica. O emprego é destaque nesta relação também. Percebeu-se que em Joinville existe mais emprego e maior valorização do trabalho e da capacitação. Cario (2003) afirma que o mercado de trabalho em Joinville é

formado por mão de obra com bom nível de qualidade que atende as necessidades locais. Ao contrário do que preconiza Bastos (2011) quando analisa Lages, ao mencionar que ainda continua-se com o pensamento antigo de dependência aos grandes proprietários de terras e à cultura serrana que não promove a busca por melhores condições de trabalho.

A cooperação entre as empresas é outra questão significativa na comparação aqui realizada. Enquanto Joinville tem bem definida esta cooperação, Lages inicia um processo de conscientização do empresariado e instituições. Apesar de mostrar diferentes graus de intensidade, ocorrência de alguns núcleos dinâmicos de inovação e cooperação, Joinville possui um aparato institucional forte que proporciona ao município forte atividade intersetorial e de subcontratações, busca de aprendizagem organizacional e inovação. Em Lages este processo ainda é incipiente, conforme Cazela e Burigo (2008). A criação de um núcleo de inovação do Estado em Lages dá esperanças de que o processo de desenvolvimento se intensifique no município e Região.

A cooperação interempresarial com ocorrência de complementaridade produtiva é evidente em Joinville o que não foi percebido nos estudos que tiveram como objeto o município de Lages.

Este estudo então confirma a ascendência e o desenvolvimento de Joinville e identifica as principais questões que impedem ou retardam o desenvolvimento em Lages. As perspectivas para Joinville continuam sendo mais positivas que em Lages. Entretanto é necessário manter as conquistas e melhorar o aparato institucional, a relação de cooperação e aprendizagem entre as empresas e o acompanhamento do paradigma tecnológico vigente em Joinville. Uma política local de desenvolvimento é necessária para

nortear as ações e processos no município. Em Lages, apesar de existirem perspectivas de crescimento o caminho é mais difícil e trabalhoso.

Deve-se pensar na estrutura industrial como um todo. A mudança da cultura serrana (vinda desde a colonização) é um aspecto limitador do desenvolvimento, esse processo de *lock-in* é um dos principais pontos que inibem um maior desenvolvimento à região. Uma política industrial para o desenvolvimento é necessária, atendendo às demandas estruturais das indústrias, a cooperação entre as empresas e demais instituições e promovendo o pensamento de desenvolvimento em toda a população.

Por fim, identifica-se a possibilidade de novas pesquisas, principalmente no município de Lages, com o intuito de auxiliar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento que amparem as necessidades da população do município. Em Joinville levantam-se questões relacionadas a como tem sido realizada e como será realizada a inserção do município do mercado internacional, nas parcerias estrangeiras e o reflexo disso na estrutura local de inovação.

## REFERÊNCIAS

- AREND, M.; CARIO, S. A. F. Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 39, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia Nacional e Desenvolvimentismo. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, p. 102, abri-jun. 2006.
- CASAROTTO FILHO, N., & LOPES, F. P. Benchmarking como ferramenta para desenvolvimento de clusters: uma aplicação nos pólos moveleiros de Lages e São

- Bento do Sul em Santa Catarina. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção –ENESEP, 12., 2002, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, 2002.
- CAZELLA, A. A., & BÚRIGO, F. L. O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersectorialidade. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 15, p. 5-30, 2008.
- CONCEIÇÃO, O. A. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 32, 2008.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. 2002. Teses (Doutorado) - Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, 2002.
- COOKE, P.; URANGA, M. G.; ETXEBARRIA, G. Regional systems of innovation: institutional and organizational dimensions. **Research Policy**, v. 26, p. 475-491, 1997.
- COOKE, J. **Strategies for regional innovation systems: learning transfer and applications**. Viena: United Nations Industrial Development Organization, 2003.
- Corrêa, W. K. Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina. **Geosul**, v. 14, n. 27, p. 25-44, 1999.
- COSTA, Liturgio. **O continente de Lages: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.(4. v.)
- DA SILVA<sup>1</sup>, C. R., WESTPHAL, L. R., & BERKA, T. **Paralelo de desenvolvimento microrregional: microrregiões catarinenses de campos de lages, de Joinville e de tubarão**. 2008.
- DOSI, Giovanni The nature of the innovative process. In: DOSI, G. et al. (Ed.). **Technical change and economic theory**. London: Pinter Publishers, 1988.
- Edquist, C. "Systems of innovation approaches – Their emergence and characteristics", in Edquist, C. (Org.), **Systems of innovation: technologies, institutions and organizations**. Londres: Frances Pinter, 1997.
- FIESC. **Relatório Anual da Indústria Catarinense**, 2012.
- GALÍPOLO, G; FERNANDES, D. "Notas para uma avaliação da influência de Marx em Douglas North", In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 32., 2005, Natal. **Anais...** Natal, 2005.
- GEISER, G. C. ; CAZELLA, A. A. . O pólo madeireiro e suas implicações no desenvolvimento da região dos Campos de Lages – SC. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina – PR. **Anais...** Londrina – PR, 2007. v. CD.
- GEISER, Gustavo Caminoto. **O pólo madeireiro e suas implicações no desenvolvimento da região dos Campos de Lages, Santa Catarina**. 2006. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- GODIN, B. Science, accounting and statistics: the input-output framework. **Research Policy**, v. 36, p. 1.388-1.403, 2007.
- GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da HODGSON, Geoffrey M. "Social structure and the development of individual agency." **Intersubjectivity in economics: Agents and structures**, 159, 2002.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Econômicos**. Rio de Janeiro, 2011.
- JESUS, Samir Ribeiro de. **Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do planalto serrano**. Dissertação (Mestrado) - CSE, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1991. 176p.
- KRETZER, J. Sistemas de inovação: as contribuições das abordagens nacionais e regionais ou locais. **Ensaio FEE**, v. 30, n. 2, 2009.
- LAPLANE, M. Inovações e dinâmica capitalista. In: CARNEIRO, R. **Os clássicos da economia**. São Paulo: Ática, 1997, p. 59-67.
- LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E. (Coord). **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: IE, 2003.
- NELSON, Richard. Bringing institutions into evolutionary growth theory. **Journal of Evolutionary Economics**, Springer-Verlag, v. 12, p. 17-28, 2002.
- NORTH, Douglass C. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- PESULO JUNIOR. **Aspectos Geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC, Editora da UFSC, 2001. 288p
- POSSAS, M. L. Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana. In: AMADEO, E. (Org.) **Ensaio sobre Economia Política Moderna: teoria e história do pensamento econômico**. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 156-177
- RAUEN, A. T., FURTADO, A. T., & CÁRIO, S. A. F. Processo Inovativo na Indústria de Software de Joinville (SC): uma análise a partir do marco teórico neo-schumpeteriano. **RBI-Revista**

**Brasileira de Inovação**, v. 8, n. 2, p. 437-480, 2010.

Rocha, I.O. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações**. Florianópolis: FIESC-CEDIN, 1997.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**.

São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Cap. 2, 3, 4, 6.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. 1973. Dissertação

(Mestrado) — Museu Nacional, Universidade Riode Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1973. 161 p.

STALLIVIERI, F., CAMPOS, R.

R., & BRITTO, J. Capacitações tecnológicas de micro e pequenas empresas inseridas em redes tecno-produtivas: o caso da eletrometal-mecânica em Joinville/SC. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 11, n. 2, 2007.

STALLIVIERI, F., CAMPOS, R. R., & BRITTO, J. N. D. P. Indicadores para a análise da dinâmica inovativa em arranjos produtivos locais: uma análise exploratória

aplicada ao arranjo eletrometal-mecânico de Joinville/SC. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n.1, p. 185-219, 2009.

VELASCO; CRUZ, S. “Teoria e história: notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglas North”, **Revista de Economia Política**, v. 23, n.2, p. 90, 2003.

ZYSMAN, John. How institutions create historically rooted trajectories of growth. **Industrial and Corporate Change**, v. 3, n. 1, p. 243-283, 1994.